

**CONTRATO Nº 017/2024***Processo administrativo nº 023/2024*

*CONTRATO Nº 017/2024, QUE FAZEM ENTRE SI  
CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
DA 21ª REGIÃO, POR INTERMÉDIO DO SEU  
PRESIDENTE, E A EMPRESA R&F SOLUCOES  
EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA,  
CNPJ 33.359.257/0001-93.*

O CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 21ª REGIÃO – CREF21/MA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 35.640.875/0001-32, com sede na Av. Cel. Colares Moreira, Ed. São Luís Multiempresarial, quadra. 23, Lote 10 – Salas 1008/1009, Renascença II, CEP: 65.075-441, São Luís – MA, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo **Sr. Sandow de Jesus Goiabeira Feques**, inscrito no CPF sob o nº 147.xxx.xxx-34, Presidente do CREF21-MA, e do outro lado a Empresa **R&F SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA**, CNPJ 33.359.257/0001-93, com sede na Rua Frederico Mentz, 1561, conjunto 164, 165 e 166, Bairro Navegantes, Porto Alegre – RS, CEP: 90.240-111 doravante designada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo respectivo e em observância às disposições da Lei nº 14.123/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente de dispensa de licitação, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. DO OBJETO**

- 1.1. Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviços para realização do processo eleitoral web 2024, compreendendo a elaboração do Sistema Eletrônico Eleitoral via Internet, alocação de infraestrutura e tecnologias para sua execução, carga de dados, monitoramento, apuração de resultados, das eleições eletrônicas a serem realizadas em 8 de novembro de 2024.
- 1.2. Valor total dos serviços: R\$11.800,00 (onze mil e oitocentos reais).
- 1.3. Quantidade estimada de eleitores: 2.000 (dois mil) aproximadamente.
- 1.4. O Termo de Referência é anexo obrigatório a este instrumento contratual.



- a) Sítio da Eleição: disponibilização de sítio seguro na internet, onde o participante exercerá seu direito a voto. No Portal do CREF21/MA, o participante será redirecionado para o Sítio da Eleição, onde será autenticado. O Sítio da Eleição deverá ser obrigatoriamente em Plataforma WEB.
- b) O projeto do processo eleitoral em meio eletrônico – WEB envolve um conjunto de módulos operacionais que devem estar integrados em uma solução de Tecnologia da Informação oferecendo: (i) informação aos agentes e usuários envolvidos no processo; (ii) níveis de acesso ao processo; (iii) controle digital dos dados (trafegados, integrados ou processados); (iv) estatística de dados e processos realizados; (v) ferramenta gerencial dos processos adotados; (vi) geração de relatórios estatísticos e gerenciais relativos a um processo eleitoral; e (vii) a aplicação web deve contemplar um conjunto de módulos independentes que devem estar co-gerenciados por uma ferramenta de software.
- c) Habilitação de pelo menos um computador, que ficará na sede Conselho, para ter acesso somente ao Sítio das Eleições durante o pleito;
- d) Envio de cartas-senhas aos eleitores por e-mail;
- e) Realização da Eleição;
- f) Realização de Eleição Simulada: em até 30 (trinta) dias úteis após assinatura contratual será realizada eleição simulada, com participantes e chapas candidatas fictícias, com objetivo de validar e ajustar o processo eleitoral e os serviços a serem prestados pela CONTRATADA.

#### **1.5. Realização da eleição:**

1.5.1. Disponibilizar e manter Sítio da Eleição, por meio do qual os participantes efetivarão seus votos durante o período de realização desta, conforme item 3, alínea “b”, deste Termo de Referência, de modo ininterrupto;

1.5.2. A hospedagem do Sítio da Eleição deverá utilizar-se de estrutura física conforme item 5 deste Termo de Referência;

1.5.3. A lista com as informações dos participantes, aptos a votarem, será encaminhada à CONTRATADA para emitir códigos de acesso individuais que serão utilizados na identificação e autenticação dos eleitores no Sítio da Eleição;

1.5.4. A identificação do participante será realizada pela área restrita do Portal das Eleições ou por link disponibilizado no Portal do CREF21/MA que o redirecionará ao Sítio da Eleição hospedado em servidores da CONTRATADA. Para tanto, a CONTRATADA deverá:



a) Suportar o processo de conectividade com o Portal das Eleições, de acordo com os padrões estabelecidos conjuntamente, respeitados aspectos relacionados à segurança;

b) Prover algoritmo e procedimentos para garantir acesso do Participante ao Sítio das Eleições, apresentando as especificações técnicas e a arquitetura proposta;

1.5.5. O Sítio da Eleição deverá garantir que os Participantes votem somente uma vez;

1.5.6. A votação será registrada, no Sítio da Eleição, de tal sorte a não permitir a associação do voto ao Participante, garantindo total sigilo da informação;

1.5.7. A “cédula de votação” disponibilizada no Sítio da Eleição deverá obedecer à composição de chapas, conforme estabelecido neste Termo de Referência, que, resumidamente, contemplará a relação das chapas candidatas, cada chapa contendo a relação nominal, com cargos a que concorrem (membros efetivos e suplentes), bem como foto do candidato à presidência do CREF21/MA. Esta cédula será disponibilizada a todos os Participantes aptos a votar.

1.5.8. O Sítio da Eleição deve contemplar acesso seguro por meio de práticas de segurança com o uso de certificados digitais de segurança emitidos por empresas cuja confiança está incluída nos navegadores de mercado (Internet Explorer 7 ou superior, Chrome, Firefox, etc.);

**1.6.** Em caso de incompatibilidade do navegador internet do Participante, com o Sítio da Eleição, mensagem informativa deverá ser exibida a respeito;

1.6.1. Antes do período da eleição a CONTRATADA deverá:

a) Realizar o processo de cadastramento das chapas candidatas para disponibilização no Sítio da Eleição;

b) Emitir “zerézima” por meio de duas senhas, sendo uma para o presidente e outra para qualquer outro membro da Mesa Receptora;

c) Realizar reunião de “lacreção” do sistema.

1.6.2. Imediatamente após o período de eleição a CONTRATADA deverá, por meio dos dados apurados no Sítio da Eleição:

a) Apresentar o quórum da votação;

b) Realizar apuração dos votos,

c) Emitir resultados da votação e relatórios estatísticos, demonstrando os votos válidos, votos nulos, votos brancos e votos de cada chapa concorrente;



d) Emitir relatórios estatísticos da votação;

e) Emitir relatório apresentando CPF e nome dos participantes que exerceram o direito ao voto;

1.6.3. Durante, antes e após o período da eleição, a CONTRATADA deverá:

a) Facilitar por todos os meios ao seu alcance a ampla ação da AUDITORIA que poderá ser CONTRATADA pelo CREF21/MA, promovendo fácil acesso à documentação relativa ao objeto do presente Contrato, inclusive: nas suas dependências, código-fonte, verificação de ambiente, testes de caixa-preta e lacração lógica do sistema;

b) Monitorar e acompanhar o processo de votação durante o período designado no Cronograma da Eleição, mediante a aplicação de rotinas destinadas a aferir a consistência do banco de dados cadastrado e o processo como um todo;

c) Garantir que os acessos realizados internamente sejam feitos por meio de usuário e senha individual, permitindo a imputação de responsabilidades individuais dos seus atos;

d) Obter e fornecer logs de auditoria dos bancos de dados e dos acessos à página de votação;

e) Realizar adequações recomendadas pela Comissão Eleitoral necessárias para garantir a lisura e transparência do processo.

1.6.4. A Lei nº 5.517/68 prevê a composição das chapas formadas por um candidato para a vaga de Presidente, Vice Presidente, Secretário Geral e Tesoureiro, além de, no máximo, 6 (seis) Conselheiros Efetivos e Suplentes

1.6.5. O resultado da eleição deverá contemplar a seleção de uma chapa para a composição da Diretoria Executiva, Conselho Efetivo e Suplência do Conselho.

1.7. Especificações do sistema:

1.7.1. O Sistema destina-se a facultar à Autarquia a realização de eleições mediante a utilização de Voto Eletrônico, em modo Computação em Nuvem (Cloud Computing) e multiplataforma - capacidade para utilização em desktops, notebooks e MOBILE - responsivo (tablet, smartphone ou similares multiplataforma – acesso via navegador), com a adoção de arquitetura em camada, priorizando a orientação a serviços;

1.7.2. O Sistema Eleitoral deverá ser responsivo;



1.7.3. O Sistema Eleitoral deverá ser compatível com os principais navegadores: Internet Explorer, Google Chrome e Mozilla FIREFOX, nas versões para desktops /notebooks e smartphones;

1.7.4. Sistema deverá ser desenvolvido nativamente para plataforma WEB, sem o uso de emuladores ou softwares adicionais que simulem a execução WEB;

1.7.5. SGBD (Sistema Gerenciador de Banco de Dados) relacional estruturado, podendo optar por software livre ou proprietário, sendo que em ambos os casos os custos relacionados a esta solução fiquem franqueados a CONTRATADA;

1.7.6. O DATA CENTER deve seguir Modelos de Governança, baseado na Norma ABNT NBR ISO/IEC 27001:2006 ou equivalentes;

1.7.7. Possibilitar a segurança geral através de mecanismos eficazes de criptografia de dados e canais de comunicação, utilizando chaves criptográficas de alto desempenho, zelando pelo sigilo das transações on-line, principalmente do acesso e voto do eleitor; utilizando criptografia assimétrica (chaves públicas e privadas);

1.7.8. Não possibilitar a redundância de dados, sistemas e servidores;

1.7.9. Possuir escalabilidade em tempo real dos recursos de processamento, armazenamento e banda de acesso a Internet alocada;

1.7.10. O Sistema Eleitoral WEB deverá permitir o monitoramento de arquivos através de verificação de Hash em tempo real, com acesso permitido a Auditoria Eleitoral contratada pela Autarquia;

1.7.11. Possibilitar, ao término do processo eleitoral, o fornecimento de DUMP (despejo) integral do Sistema Eleitoral com as devidas autenticações, permitindo:

1.7.11.1. Após 60 (sessenta) dias corridos da Homologação do Resultado da Eleição (com a publicação deste resultado no Diário Oficial da União – DOU e/ou Diário Oficial do Estado - DOE), a devolução à Autarquia Contratante os bancos de dados utilizados, assim como quaisquer outros arquivos e documentos fornecidos a Contratada pelo Contratante, sendo responsabilidade da Contratada zerar/apagar os registros destes bancos de dados, assim como apagar/excluir qualquer outro arquivo pertinente à realização da Eleição. Estes atos devem ser formalizados e documentados pela Contratada ao Contratante, quando este, comprovada a exatidão dos procedimentos, concederá seu “aceite”.



1.7.12. O sistema operacional nos servidores que hospedarão o Sistema Eleitoral deverá possuir logs de todas as ações no período eleitoral, com sua disponibilidade para consultas (acessos disponíveis apenas para membros da Comissão Eleitoral (Presidente e outro membro indicado) e para colaboradores da Autarquia Contratante, nomeados pela Comissão Eleitoral, se necessária tais nomeações. Estes registros de log armazenados no sistema devem ser fornecidos pela CONTRATADA e devem estar protegidos por mecanismos criptográficos que permitam verificar se algum deles foi alterado, removido ou inserido.

1.7.13. Os testes deverão, entre outros, fazer a verificação de intrusão, vulnerabilidades do Sistema, infraestrutura de servidores e Data Center, verificação de stress e desempenho do Sistema, acessos e consultas ao Sistema.

1.7.14. A CONTRATADA deverá disponibilizar um ambiente de homologação para execução dos testes, apresentando na finalização de tais testes laudo que ateste o ambiente, devendo ser gerado código hash da aplicação para garantir a utilização da aplicação no dia da eleição.

## **1.8. DA ESTRUTURA FÍSICA E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

1.8.1. Os serviços serão executados pela CONTRATADA, exclusivamente nas suas instalações e utilizando-se de infraestrutura de equipamentos próprios ou terceirizados apropriados para manter a disponibilidade dos processos necessários à execução do Contrato.

1.8.2. A CONTRATADA deverá dispor de Infraestrutura de conexão com a internet, preferencialmente com contingência, que permita o acesso de forma ininterrupta e com bom desempenho, necessário para atender a expectativa de todos os eleitores, com monitoramento do uso de banda.

1.8.3. Todos os custos com licenças, softwares, aplicativos, serviços de rede, hospedagens, domínios de internet correrão por conta da CONTRATADA, sendo ela a única responsável com as obrigações financeiras, fiscais e custeio de qualquer ordem.

1.8.4. Suporte técnico durante o período de realização das eleições, disponível por telefone e correio eletrônico.

1.8.5. Todas as manutenções devem ser realizadas sem prejuízo à disponibilidade da operação e/ou da gestão das operações, devendo a Comissão Eleitoral do CREF21/MA ser comunicado formalmente.





1.8.6. Os serviços serão executados dentro do ambiente virtual destino à eleição do Conselho Regional de Educação Física da 21ª Região - Estado do Maranhão, em duas vezes, se houver segundo turno, com o objetivo de atender a contento as especificações contidas neste Termo de Referência.

1.8.7. A execução dos serviços, objeto deste Termo de Referência, observará, no que couber, as disposições da Resolução CREF 21/MA nº 044 /2024.

**1.9.** Regulamento eleitoral do sistema dos Conselho Regional de Educação Física da 21ª Região - Estado do Maranhão.

**1.10.** A Auditoria do Sistema Eletrônico Computacional de Eleições em ambiente Web a ser contratado deverá observar o Regulamento das Eleições do Sistema Conselho Regional de Educação Física da 21ª Região - Estado do Maranhão, a saber:

- 1) Código Eleitoral aprovado;
- 2) Regulamento das eleições pela Internet;
- 3) Edital das Eleições do CREF21/MA, que vier a ser publicado para o Pleito que disporá sobre a fixação da data de realização das eleições visando à composição da Diretoria Executiva.
- 4) Outras normas aplicáveis ao Processo Eleitoral do Sistema Conselho Federal de Educação Física.

**1.11.** A execução dos serviços deverá acontecer de acordo com o seguinte cronograma de execução:

**Tabela 1 (estimado):**

I.Publicação do Edital	26 de abril de 2024
II.Envio do Edital, aos profissionais e publicação no Diário Oficial ou Jornal de grande circulação	02 de maio de 2024
III.Início das Inscrições das Chapas Eleitorais	09 de agosto de 2024
IV.Término das Inscrições	23 de agosto de 2024
V.Data da Eleição do 1º Turno	08 de novembro de 2024
VI.Data da Eleição do 2º Turno	A ser definido



## 2. DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse do CREF21/MA, nos termos da Lei 14.133/21.

## 3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária no Exercício / 2024:

CONTA	DESCRIÇÃO
6.2.2.1.01.02.010	Sistemas de Informática

## 4. DO PAGAMENTO

4.1. A Administração rejeitará, no todo ou em parte o bem ou serviço em desacordo com o contrato.

4.2. O recebimento não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

4.3. A data prevista para execução dos serviços descritos neste Termo de Referência será contada a partir da assinatura do contrato:

4.4. O recebimento e a aceitação dos serviços dar-se-á da seguinte forma:

4.4.1. *Provisoriamente*, no ato da simulação da eleição;

4.4.2. *Definitivamente*, em até 10 dias após o dia previsto para a realização da eleição (1º turno e 2º turno), caso não se verifique qualquer impropriedade, será aprovado o serviço e atestado o recebimento, para liberação do pagamento, conforme consta na Tabela:

Itens nº	Descrição	Documentação	Recebimento Definitivo
1	Sistema de recepção de votos por meio eletrônico – WEB da eleição do CREF21/MA em ambiente eletrônico (1º e 2º Turnos).	O recebimento ficará condicionado ao Laudo conclusivo da COMISSÃO ELEITORAL, considerando o Sistema Eleitoral WEB adequado às normas constantes neste Termo e atendendo as necessidades do CREF21-MA.	No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto entregue e consequente aceitação.





2		Envio de cartas- senhas aos profissionais votantes por e-mail.	O recebimento ficará condicionado à apresentação dos relatórios de envio.
3	3.1	Usuários do 1º (Primeiro) Turno da Eleição.	O recebimento ficará condicionado ao resultado final da eleição (1º turno).
3	3.2	Usuários do 2º (Segundo) Turno da Eleição.	O recebimento ficará condicionado ao resultado final da eleição (2º turno).

**4.5.** Não serão aceitos serviços em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência.

**4.6.** O pagamento será realizado após a solicitação que deverá ocorrer de forma única, em até 5 (cinco) dias da data base, com apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente comprovada à regularidade fiscal da CONTRATADA, e, em caso de pendência, ficará suspenso até a efetiva comprovação da regularidade fiscal;

**4.7.** O prazo para o pagamento será contado a partir da data em que for protocolada a Nota Fiscal/Recibo, após o devido atesto pelo responsável designado pela CONTRATANTE;

**4.8.** No caso de devolução da Nota Fiscal/Recibo para correção, o prazo de pagamento estipulado, passará a ser contado a partir da data de reapresentação dos referidos documentos.

## **5. DO REAJUSTE E ALTERAÇÕES**

**5.1.** Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

**5.2.** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGPM exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**5.3.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/2021.

## **6. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**6.1.** Para o referido contrato não será exigida garantia para execução.

## **7. DA FISCALIZAÇÃO**



7.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada pelo Sr. Maylson Lopes Lira, assessor administrativo, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

7.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

7.3. O gestor do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

## **9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14,133, de 2021, a Contratada que:

9.1.1. der causa à inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.3. não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do prazo;

9.1.4. ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;

9.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

9.1.6. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

9.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:



- 9.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 9.2.2. multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de R\$ 50,00 (cinquenta reais);
- 9.2.3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 9.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 9.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 9.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 9.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 9.1 deste Termo de Referência.
- 9.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 9.3.** As sanções previstas nos subitens 9.2.1, 9.2.5, 9.2.6 e 9.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 9.4.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:
- 9.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 9.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 9.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 9.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 9.6.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão



inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

9.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

9.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

9.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **10. DA RESCISÃO**

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas em lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

10.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o



caso:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

## **11. DAS VEDAÇÕES**

**11.1.** É vedado à CONTRATADA:

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **12. DOS CASOS OMISSOS.**

**12.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

## **13. DA PUBLICAÇÃO**

**13.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, no prazo previsto na Lei nº 14.133/2021.

## **14. DO FORO**

**14.1.** Fica eleito o foro da comarca desta Cidade de São Luís - MA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento contratuais.

**14.2.** Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Luís - MA, 21 de junho de 2024.

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – CREF/MA



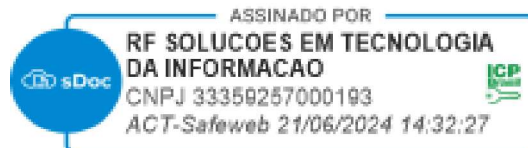
Sadow de Jesus  
Goiabeira Feques

Assinado de forma digital por Sadow de Jesus Goiabeira Feques  
DN: cn=Sadow de Jesus Goiabeira Feques, o=Conselho Regional de Educação Física da 21ª Região, ou=CREF21/MA, email=sadow@cref21.org.br, c=BR

**SADOW DE JESUS GOIABEIRA FEQUES**

PRESIDENTE - CREF/MA

CONTRATANTE



**R&F SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA**

CNPJ nº 33.359.257/0001-93

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_ Nome: CPF:

2) \_\_\_\_\_ Nome: CPF:

**LUÍSA DE LIMA RODRIGUES**  
01928149073  
ACT-Safeweb 21/06/2024  
14:34:26

21.06.2024 14:33 -03:00  
Luisa De Lima Rodrigues | ip: 172.20.250.32 | Lat: -29.98 | Long: -51.19  
01928149073 92a45579-a428-4815-ac93-2750d8adb5af